SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - Telesíntese

Dilma resgata antiga prática ao tirar Minicom do PT

A mudança da condução do Ministério das Comunicações já é dada como certa em Brasília, que passará mesmo para o PDT e seu líder na Câmara dos Deputados, André Figueiredo, quadro histórico do partido em seu terceiro mandato parlamentar, resgata uma tradição do PT, que sempre viu a pasta das Comunicações como aquela que deve estar disponível para fortalecer a coalizão política.

André Figueiredo foto por Fabio Rodrigues Pozzebom - ABrEmbora o deputado Figueiredo tenha sido adversário político dos Gomes – Ciro e Cid, ex-governadores e força política no estado do Ceará – foi com seu trabalho que o grupo migrou para a legenda trabalhista. Com essa indicação, Dilma resolve, então, dois problemas: reaglutina a bancada do PDT, que já tinha se colocado "independente" do governo e reforça o apoio dos aliados Gomes.

O Ministério das Comunicações, durante o governo Lula, sempre foi da cota para a aglutinação dos partidos de coalização, quando foi entregue para o PMDB, mais porque tem a máquina dos Correios do que porque tem a política de Comunicações. Somente no primeiro mandato do governo Dilma é que ele passou a ser considerado estratégico para o PT, e foi parar nas mãos de Paulo Bernardo. Mas uma das bandeiras do PT – a democratização da mídia – nunca foi tocada pelo governo.

Com a vinda de Berzoini para o Ministério, havia uma aposta de que esse tema ganharia mais fôlego, mas não se acreditava que haveria propostas mais avançadas nessa seara. O ministro chegou a dar os primeiros passos para o fortalecimento das mídias populares. Criou normas novas para desburocratizar as outorgas de rádios comunitárias, e chegou mesmo a publicar portaria permitindo a publicidade comercial dessas rádios – pleito antigo do movimento social – o que gerou reação imediata das emissoras comerciais, que avisaram recorrer à justiça.

Na seara das telecomunicações, Berzoini não atuou na velocidade que o setor queria mas se colocou em disputas importantes. Se não interveio para impedir o fim do subsídio do imposto sobre o smartphone (por ser um quadro de governo), agiu com mais vigor para assegurar a voz do setor na discussão sobre a regulamentação do Marco Civil e chegou a externar posição mais favorável às operadoras, que investem no Brasil, na disputa com as OTTs. Posição que acabou provocando uma esquisita disputa com o presidente da Anatel, João Rezende, também indicado pelo PT.

Embora bastante envolvido com a macro política, Berzoini dedicou-se também em entender as questões setoriais e consolidou a certeza da necessidade de construir uma política de banda larga não excludente e apoiou com entusiasmo a proposta formatada pela equipe de Paulo Bernardo de leilão reverso, com recursos do Fistel, para expansão da banda larga. Mas o projeto foi pego pela crise econômica. Na seara institucional, não teve qualquer receio de quebrar um paradigma do setor e indicar para a Anatel um ex-senador e petista, e acatar a indicação política, do PMDB, para a outra vaga, e também colocar na presidência da Telebras outro petista.

Esta semana, seu secretário, Maximiliano Martinhão, chegou a anunciar a criação de um grupo de trabalho para o estudo do novo modelo de telecomunicações, em nome do ministro Berzoini. Resta saber se esta política continuará a ser tocada sob a nova administração. Novo Ministro O futuro ministro, André Figueiredo, é economista e advogado, e nunca transitou no setor. Atualmente, participa da CPI do BNDES.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - Instituto Telecom

Alterações do Marco Civil e regulação prévia preocupam empresas de Internet

As empresas de Internet estão especialmente preocupadas com as alterações que começam a ser desenhadas no Marco Civil da Internet, ou legislações que alteram os princípios previstos no MCI. Também há preocupação com a possibilidade de regulamentações que possam limitar o desenvolvimento da Internet. Essa foi a mensagem do Congresso Brasileiro de Internet, realizado nesta quinta, 24, pela Abranet, em Brasília.

Segundo Gil Torquato, CEO da divisão corporativa do UOL, é preciso combater qualquer coisa que seja no sentido de inibir o setor. "Sou grande fã da auto-regulamentação. Transformar Internet em serviço de telecom é um risco, SVA não se confunde com telecom, mas isso pode mudar e precisamos ficar atentos. Uma das ameaças que temos que tomar cuidado é alguém ser dono da Internet. Não é assim no mundo e não será assim no Brasil", disse ele.

Para Marcel Leonardi, diretor de relações institucionais do Google no Brasil, a ausência de regulação restritiva, ex-ante, é o que permite a inovação.

Para o presidente da Abranet, Eduardo Parajo, "há uma grande dificuldade de regular a tecnologia, e acho que a mensagem é que precisamos continuar nos princípios, pois as tecnologias podem ser superadas rapidamente".

Coube a Pedro Paranaguá, assessor do deputado Alessandro Molon, fazer a defesa mais dura do Marco Civil da Internet. Segundo Paranaguá, há uma série de projetos que alteram diretamente ou os princípios o Marco Civil da Internet e, segundo ele, as empresas de Internet precisam ficar atentas. Ele citou o PL 215/2015, que estabelece penas duríssimas para crimes de Internet e permite acesso a dados pessoais por policiais sem a necessidade de autorização judicial; o PL 2390/2015, que estabelece a necessidade de criação de um catálogo de usuários e conteúdos de Internet no Brasil; e o PL 1219/2015, que obriga a identificação de usuários de Internet que façam comentários por meio de CPF.

Mas, ao contrário das empresas, Paranaguá acredita ser necessária uma regulamentação do Marco Civil. "A regulamentação tem que vir o quanto antes porque o mercado está se auto-regulando, o que pode ser muito perigoso, porque algumas coisas que não são muito adequadas (do ponto de vista do Marco Civil) estão sendo feitas", disse ele, sem entrar em detalhes.

24/09/2015 - Instituto Telecom

CADE não regula neutralidade da rede, diz seu presidente

Ele explicou ao Tele.Síntese que o Cade poderá julgar ou se manifestar sobre qualquer processo que afete a economia digital e mesmo que afete a neutralidade da rede sob a ótica da lei da concorrência e não da lei do Marco cCivil. "As competências do Cade se limitam à lei da Defesa da Concorrência", afirmou.

Carvalho disse que a recente deliberação da agência sobre o Uber – quando estabeleceu que este app não prejudica a competição – não se referia à neutralidade de rede, mas a um processo concreto de uma ação concorrencial.

Explicou que o órgão poderá até vir a julgar um processo sob a ótica da neutralidade da rede para chegar à deliberação sobre a competição, mas jamais aplicaria as multas ou os remédios previstos no Marco Civil, e sim os previstos na lei que rege o sistema da concorrência.

No congresso da Abranet, o presidente do Cade afirmou ainda que a economia do mundo digital não pode ser confundida com a do mundo real e que jamais se poderia cobrar que um site como AirBNB, por exemplo, tivesse as mesmas obrigações que um hotel ou um estabelecimento de turismo. "Quem defende obrigações iguais não sabe o que é concorrência",vaticinou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Carta Maior

Os voos com dinheiro público do moralista Aécio Neves

Aécio é um dissimulado, hipócrita como todos os moralistas que adoram multiplicar nos outros os vícios que eles próprios possuem.

Nem se pode dizer que foi provocação dos adversários, porque o relatório do governo foi feito a partir de um requerimento de um deputado do PSDB, querendo arrancar alguma "casca" para encetar um daqueles discursos moralistas sobre os "escândalos" das "mordomias petistas".

Atirou no que imaginou e acertou naquilo que todo mundo via, detonando mais um desastre aeronáutico para Aécio Neves.

Era a antecipação do que faria, depois, no Senado, como revelou, há dois anos, o Estadão ao revelar que Aécio "fez para o Rio de Janeiro 63% das viagens bancadas pela verba de transporte aéreo do Senado". De 83 voos, 52 começaram ou terminaram na capital fluminense. Das 25 viagens de "ida", 22 foram de quinta a sábado; das 27 "voltas", 22 saíram entre domingo e terça.

Que Aécio queira viajar para o Rio nos finais de semana, é direito dele. Não há nada de errado. Que o faça com o dinheiro público, é problema de todos.

Principalmente quando a hipocrisia não lhe faz corar o rosto ao reclamar austeridade.

Diz a Folha que "a jurisprudência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) aponta que o uso de carro oficial para fins particulares é improbidade administrativa". Um pouco menos, porque não é razoável ou seguro que o governador possa ir guiando seu automóvel para qualquer compromisso pessoal, embora a Lei Seca tenha tornado o trânsito mais seguro, como o próprio Aécio já provou.

Ora, francamente, é de dúvida que vá acontecer algo por este uso abusivo do avião, se os bravos promotores de Minas Gerais não acharam nada de errado até em fazer um aeroporto para Versalhes, digo, Cláudio.

Nada, a não ser provar, pela milésima vez, que Aécio é um dissimulado, hipócrita como todos os moralistas que adoram multiplicar nos outros os vícios que eles próprios possuem.

Não haverá um "coxinha" aecista que ache isso um absurdo como acha os miseráveis Reais entregues a uma mãe para sustentar seus filhos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/09/2015 - Vermelho

Brasil avança na redução das desigualdades entre homens e mulheres

O Brasil tem obtido importantes avanços na redução das desigualdades entre homens e mulheres, inclusive no campo do trabalho, embora algumas diferenças de ganho entre os sexos persistam, como ocorre na maioria dos outros países. Em 1992, por exemplo, 40,7% das mulheres e 49,5% dos homens tinham ocupação formal.

Dez anos depois, a distância entre os sexos foi reduzida de dez para menos de dois pontos percentuais, com mulheres e homens apresentando taxas de formalização de 56,9% e 58,4%, respectivamente, segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres é um dos Objetivos do Milênio (ODM), propostos pela ONU no ano 2000.

Um dos exemplos citados pelo relatório sobre os ODM é que, no mundo, as mulheres representam 40% dos assalariados. No Brasil, esse índice chega a 47,3%.

Escolaridade

O estudo afirma que "o aumento do acesso a escolas e creches para as mães de baixa renda ajuda a remover parte das barreiras da inserção feminina no mercado de trabalho".

Opinião defendida também pela oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ieva Lazarevicute, que acredita que a maior equidade no mercado de trabalho pode ser atribuída ao aumento da escolarização de crianças na faixa etária entre zero e seis anos de idade. "[Existe uma] rede de serviços que a mulher pode deixar o filho em segurança para poder se dedicar a atividade profissional. Fator importante no sentido de inserir e incentivar mulheres a trabalhar em atividade remunerada ou abrir próprio negócio", afirmou.

O levantamento também aponta que as mulheres ocupam apenas 30% das vagas dos cursos de Ciências, Matemática, Computação, Engenharia, Produção e Construção. Para aumentar a participação feminina nas chamadas áreas de exatas, o incentivo tem vindo das escolas que não rotulam as brincadeiras das crianças pelo gênero.

Brasil investe na igualdade de gênero para dar autonomia às mulheres

Para igualar os sexos e promover a autonomia das mulheres, o Brasil tem investido em várias frentes. O foco é aumentar a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente em áreas dominadas por homens.

Muitas dessas iniciativas contam com o apoio do governo brasileiro para estimular as futuras profissionais. A estudante brasiliense Ana Carolina Leandro, por exemplo, está empenhada em aumentar esse percentual. "Existem poucas mulheres em engenharia. Quero fazer parte dessa porcentagem de mulheres que venceu o preconceito", comentou.

Um levantamento apontado pelo IBGE, em 2014, apresentou avanços na igualdade de gênero, principalmente entre 2004 e 2013. Mas as situações de desigualdade ainda devem ser superadas em questões como trabalho e renda de homens e mulheres e acesso à educação. Apesar de exercerem atividades iguais, mulheres ainda têm renda menor que homens, mas diferença decresce. Sinal que políticas públicas voltadas para o incentivo da participação da mulher no mercado de trabalho está dando certo e deve-se lutar por mais avanços.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Participação feminina na política

Na política, a participação feminina tem aumentado, mas há ainda uma grande desigualdade de gênero. No Congresso Nacional, a bancada feminina tem procurado realizar campanhas para incentivar essa participação da mulher na política. A campanha por Mais Mulheres na Política tem a finalidade de assegurar maior igualdade entre homens e mulheres na sociedade, aumentando a participação feminina nos espaços de poder.

Atualmente, as mulheres ainda ocupam apenas 13% das vagas nos parlamentos no Brasil. O objetivo da campanha é garantir que cada gênero ocupe pelo menos 30% das cadeiras nos parlamentos, e num futuro próximo esse número chegue em 50%, promovendo um espaço ainda mais igualitário para ambos os gêneros, tanto no Congresso Nacional, quanto nos parlamentos estaduais e municipais.

"Somente assim os direitos de ambos os gêneros poderão ser garantidos de forma mais equiparada. Não é fácil, porque as mulheres são de partidos diferentes, têm ideologias diferentes. Temos que separar a nossa bandeira desses outros debates, de forma suprapartidária", ressalta a Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Graziottin (PCdoB-AM).

24/09/2015 - Instituto Telecom

Anatel derruba proposta de perdão de dívida das metas de universalização

Não prosperou a proposta de reinterpretar uma dívida das concessionárias que resultaria em um perdão de aproximadamente R$ 550 milhões, quase todo ele em benefício da Oi. Por maioria de votos, o Conselho Diretor da Anatel rejeitou nesta quinta -feira, 24/9, um recurso apresentado pela própria Oi.

"Não é verdade, não é fato que houve uma pactuação em um sentido e a administração está mudando o entendimento para ter um saldo maior. Teríamos aqui um subsídio, uma transferência de recursos direta do regime publico para o regime privado, o que é proibido", sustentou o conselheiro Rodrigo Zerbone.

A posição contraria o voto original do relator, o agora ex-conselheiro Marcelo Bechara, em proposta apresentada em sua última participação na Anatel. Bechara acatou os argumentos da Oi e defendeu a redução da dívida total de aproximadamente R$ 1,1 bilhão para R$ 604 milhões.

Essa dívida tem origem no saldo da troca de metas de PSTs por backhaul, quando as concessionárias assumiram levar redes de transporte de dados em mais de 3,4 mil municípios. Além disso, as teles prometeram conectar todas as escolas públicas urbanas.

Como a troca foi financeiramente vantajosa para as teles e combinou-se um encontro de contas e o uso do saldo para novas metas. Isso devia acontecer já em 2010, mas houve forte grita do setor com os primeiros números apresentados à época. E só em 2014 a agência chegou a um valor: R$ 1,3 bilhão.

A Oi sustentou não haver remuneração da operação de SCM (a banda larga nas escolas) pelo uso da rede do STFC (o backhaul). Bechara aceitou o argumento e propôs reduzir a conta da Oi de R$ 1,1 bilhão para R$ 604 milhões, um desconto de 45%. A mesma regra beneficiaria a Telefônica em R$ 6,9 milhões. Mas foi abortada na reunião desta quinta.

"A separação contábil é um dos pilares do modelo regulatório. A LGT já diz que concessionaria deve manter registros separados por serviço caso explore mais de uma modalidade. Não há nenhuma exceção para que serviços prestados pela mesma empresa não sejam considerados. São conceitos pacificados no âmbito da Anatel, de longa data, de ciência das empresas naquele momento da assunção dos compromissos e neste momento do julgamento", sustentou Zerbone. Igor de Freitas e o presidente João Rezende o acompanharam.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - Vermelho

Polícia Federal indicia tucano que ameaçou Dilma Rousseff

"Não podemos permitir que o direito ao exercício da livre expressão dos indivíduos sirva de escudo para a incitação de crimes", afirmou a delegada responsável pelo inquérito

ADVOGADO E MILITANTE FOI CANDIDATO DO PSDB A DEPUTADO FEDERAL NAS ELEIÇÕES DO ANO PASSADO

O advogado filiado ao PSDB Matheus Sathler Garcia, que ameaçou a presidenta Dilma Rousseff no final de agosto, foi indiciado pela Polícia Federal por crime de incitação ao crime. "Vivemos em um Estado de Direito e não podemos permitir que o direito ao exercício da livre expressão dos indivíduos sirva de escudo para a incitação de crimes", afirmou a delegada da Polícia Federal Fernanda Costa de Oliveira, responsável pela Delegacia de Inquéritos Especiais. As informações são da Agência Estado.

No dia 31 de agosto, Sathler, que foi candidato a deputado federal pelo Distrito Federal no ano passado pelo PSDB, defendeu a morte de Dilma e ameaçou decapitar a presidenta. Disse que "sangue vai rolar", referindo-se ao feriado de 7 de setembro, se ela não renunciasse.

Segundo a informação da agência, o inquérito foi encaminhado à Justiça Federal ontem. Se for condenado, o tucano pode pegar pena de três a seis meses de prisão, além do pagamento de multa.

Antes de 7 de setembro, o juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara da Justiça Federal do DF, em decisão cautelar, proibiu o militante de se aproximar da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios durante todo o feriado, "devendo guardar distância mínima de um quilômetro desses locais".

O magistrado também negou no despacho que o advogado tenha problemas mentais, como tentou alegar sua família. "Em que pese os familiares do investigado terem afirmado à autoridade policial que o mesmo (sic) sofre de doença psicológica, o fato de ser advogado, casado, bem articulado e manter relacionamento social vasto indica que reúne condições de executar o quanto prometido (nas ameaças)".

O partido do militante minimizou a importância de Sathler, que "não tem expressão política, partidária ou ideológica nenhuma", segundo o deputado federal Marcus Pestana (PSDB-MG). Para ele, a ameaça do advogado "é um ato isolado de uma pessoa que não tem peso no partido".

Já o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) disse que "não é uma questão menor, pelo contrário". Para ele, é significativo o fato de Sathler ser advogado, candidato a deputado federal pelo PSDB e aparecer nas redes sociais como liderança do partido. Pimenta apresentou, no último dia 31, um conjunto de requerimentos à Polícia Federal, Ministério da Justiça, Ministério Público Federal e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que as ameaças sejam apuradas.